

ACTA N.º 28/2011 – Reunião extraordinária do dia 2011.12.16

1 -----Aos dezasseis dias do mês de Dezembro do ano de dois mil e onze,
2 nesta vila de Bombarral e sala de reuniões do edifício dos Paços do Município,
3 realizou-se uma reunião extraordinária da Câmara Municipal de Bombarral,
4 com a presença do senhor presidente da Câmara José Manuel Gonçalves
5 Vieira e dos senhores vereadores Jorge Gabriel Duarte Catana Monteiro
6 Martins, Lúcia Maria Silva Poseiro, Nuno Manuel Mota Silva, Maria Arminda
7 Oliveira Sousa, João Miguel Castanheira da Silva e José Victor Ribeiro Silva.--

8 -----Secretariou a reunião o assistente técnico Nuno Fernando Carreira
9 Taborda Ferreira.-----

10 -----Estiveram igualmente presentes o senhor Chefe de Gabinete Ricardo
11 José Henriques Daniel, a senhora Chefe da Divisão Administrativa e Recursos
12 Humanos Cidália Maria Pancrácio Santos e a senhora Chefe da Divisão
13 Financeira Regina Paula Aires.-----

14 -----Pelos 20:55 horas foi a reunião declarada aberta pelo senhor
15 Presidente da Câmara. -----

ORDEM DO DIA

1323 APRECIÇÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE A PROPOSTA DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NAS JUNTAS DE FREGUESIA PARA O ANO DE 2012:

17 Foi presente a seguinte proposta: “Considerando:-----

18 a) Que a Lei 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei n.º 5-
19 A/2002, de 11 de Janeiro, permite no seu artigo 66º, que as Câmaras
20 Municipais, sob autorização da Assembleia Municipal, deleguem competências
21 próprias nas Juntas de Freguesia, observadas que sejam as formalidades aí
22 previstas. -----

23 b) Os princípios gerais da descentralização de poderes, e da cooperação
24 instituída com as Juntas de Freguesia, com o objectivo de melhor e mais
25 rapidamente satisfazerem os interesses das populações. -----

26 c) A dimensão da unidade territorial das freguesias proporciona à respectiva
27 autarquia intervenções céleres e oportunas em ordem à satisfação de
28 necessidades e à resolução de problemas emergentes. -----

29 d) A acção meritória que as Juntas de Freguesia podem vir a desenvolver. -----

30 e) A necessidade de adequar às necessidades destas Autarquias Locais os
31 valores a transferir. -----

32 Propõe-se que:-----

33 1.º A Câmara Municipal de Bombarral delegue nas cinco Juntas de Freguesia
34 do concelho as seguintes competências (anexos I e II), conforme previsto no
35 n.º 2 do artigo 66º da lei 5-A/2002, e a transferência dos valores constantes do
36 artigo 2.º presente protocolo: -----

37 1. Conservação e limpeza de valetas, bermas, caminhos e vias municipais; ----

38 2. Limpeza de ruas e passeios; -----

39 3. Gestão e conservação de jardins e outros espaços ajardinados; -----

40 4. Colocação e manutenção da sinalização toponímica; -----

ACTA N.º 28/2011 – Reunião extraordinária do dia 2011.12.16

- 43 5. Manutenção, conservação, limpeza e pequenas reparações nos edifícios da
44 educação pré-escolar e do 1.º ciclo do ensino básico da rede pública. -----
45 2.º - 1. Para o desenvolvimento das competências delegadas, a Câmara
46 Municipal de Bombarral transferirá as seguintes verbas: -----
47 Bombarral € 46.053,63
48 Carvalhal € 37.278,32
49 Pó € 16.418,92
50 Roliça..... € 31.424,23
51 Vale Covo € 18.824,90
52 2. O pagamento destas verbas processar-se-á em 12 prestações mensais,
53 iguais e sucessivas para as Juntas de Freguesia, até ao dia 28 de cada mês;--
54 3. Trimestralmente deve ser apresentado relatório de contas relativo à
55 execução das verbas transferidas no período a que respeita, devendo até 31
56 de Março do ano seguinte a Divisão de Obras e Infra-estruturas municipais
57 elaborar relatório global da análise da execução do presente protocolo de
58 delegação de competências, com base na informação prestada pelas Juntas de
59 Freguesia;-----
60 4. O apoio técnico que se revele necessário para o perfeito desenvolvimento
61 das competências delegadas será prestado pelos Serviços Técnicos da
62 Câmara Municipal de Bombarral, devendo as Juntas de Freguesia fazer
63 cumprir as instruções deles emanadas;-----
64 5. Sempre que solicitado pelas Juntas de Freguesia, o Gabinete de Apoio
65 Jurídico da Autarquia prestará apoio em termos de emissão de pareceres e
66 processos de contra-ordenação;-----
67 3.º A presente delegação de competências nas Juntas de Freguesia do
68 concelho do Bombarral é válida para o período de 01 de Janeiro a 31 de
69 Dezembro de 2012, após aprovação pela Câmara Municipal e Assembleia
70 Municipal de Bombarral e respectivas Juntas de Freguesia e ratificado pelas
71 Assembleias de Freguesia;-----
72 4.º A delegação poderá ser denunciada a todo o tempo, por proposta
73 fundamentada de qualquer das partes, sendo a sua denúncia,
74 obrigatoriamente, comunicada à outra parte com a antecedência mínima de
75 sessenta dias.”-----
76 ANEXO I-----
77 As competências enumeradas na cláusula primeira são delegadas da seguinte
78 forma:-----
79 1 – Manutenção, conservação e limpeza de bermas, caminhos rurais e vias
80 municipais-----
81 a) Regularização e reparação de bermas, caminhos e estradas rurais. -----
82 b) Utilização de corta de caniços nas vias municipais;-----
83 2 – Limpeza e Embelezamento dos Agregados Populacionais-----
84 A limpeza dos agregados populacionais será da responsabilidade das Juntas
85 de Freguesia e consiste em: -----

ACTA N.º 28/2011 – Reunião extraordinária do dia 2011.12.16

- 86 a) Limpeza das bermas e passeios.-----
87 b) Deservamento dos espaços públicos com herbicida.-----
88 c) Limpeza das ruas.-----
89 d) Limpeza e manutenção de outros espaços considerados públicos.-----
90 3 – Manutenção e conservação de zonas verdes e outros espaços ajardinados.
91 a) A gestão e conservação de jardins e outros espaços ajardinados, em
92 todas as povoações, aldeias e vila, serão feitas pelas Juntas de Freguesia.-----
93 b) Todos os estudos técnicos e construção de novas zonas verdes, devem
94 ser da responsabilidade da Câmara Municipal.-----
95 c) Sempre que possível, a Câmara Municipal do Bombarral deverá aceitar os
96 projectos das Juntas e inscrevê-los em programas que habilitem a sua
97 participação.-----
98 d) Esses projectos sendo considerados de interesse de nível Concelhio,
99 deverão ser integrados nas Grandes Opções do Plano da Câmara Municipal.---
100 e) Sendo esses projectos aprovados, os mesmos serão objecto de um
101 protocolo adicional.-----
102 4 – Colocação e Manutenção de Sinalização Toponímica.-----
103 a) As Juntas de Freguesia deverão proceder à colocação e manutenção das
104 placas de identificação na área da sua Freguesia.-----
105 b) Deverão colocar sempre placas de identificação em todas as ruas.-----
106 c) Para novos arruamentos, devem as Juntas de Freguesia, comunicar à
107 Câmara Municipal para que esta aprove a sua denominação.-----
108 5 - Manutenção, conservação, limpeza e pequenas reparações nos edifícios de
109 educação pré-escolar e do 1.º Ciclo do Ensino Básico da rede pública.-----
110 a) A conservação será da responsabilidade da Junta de Freguesia e engloba
111 o seguinte:-----
112 ⊕ Manutenção dos espaços envolventes.-----
113 ⊕ Limpeza do exterior das escolas do primeiro ciclo e Jardins-de-infância;----
114 b) Todos os pedidos dos educadores de infância e professores devem ser
115 encaminhados para o Conselho Executivo do Agrupamento, que por sua vez o
116 remeterá com o seu parecer para a Câmara Municipal que depois acordará
117 com a Junta de Freguesia;-----
118 c) As Pinturas gerais dos edifícios interiores e exteriores, a grande reparação
119 ou substituição de telhados ou telheiros, canalizações de sanitários,
120 substituição de portas e janelas, podem ser objecto de protocolos adicionais;----
121 d) As Grandes reparações em muros, bem como colocação de vedações nos
122 muros de limite das escolas serão sempre da total responsabilidade da Câmara
123 Municipal de Bombarral.-----
124 § - Sempre que solicitado pelas Juntas de Freguesia serão cedidas máquinas e
125 operários;-----
126 ANEXO II -----
127 Na vila do Bombarral, são da competência da Junta de Freguesia de Bombarral
128 os seguintes trabalhos nas áreas da manutenção de espaços ajardinados: ----

ACTA N.º 28/2011 – Reunião extraordinária do dia 2011.12.16

- 129 1. Pulverização e corte de ervas, limpeza de na via pública e pequenos
130 arranjos de equipamentos sociais deteriorados:-----
131 - Bairro do Olival-----
132 - Urbanização Quinta São José -----
133 - Urbanização Quinta Santo António-----
134 - Urbanização Vale Várzea -----
135 - Bairro dos Matinhos-----
136 - Bairro Vale da Várzea – zona de vivendas-----
137 - Bairro dos Bacos -----
138 - Cintrão-----
139 - Zona envolvente da Escola Secundária-----
140 - Zona envolvente da Escola Preparatória -----
141 - Zona envolvente do Centro de Saúde -----
142 - Zona envolvente do Pólo II -----
143 - Zona Industrial -----
144 - Ligação do I.V.V. à rotunda da Peugeot -----
145 2. É ainda responsabilidade da Junta de Freguesia proceder à manutenção de
146 espaços ajardinados:-----
147 - Jardim do Largo António Bruno Patuleia-----
148 - Jardim da Rua Infante D. Henrique-----
149 - Jardim do Largo Comendador João Ferreira dos Santos e triângulo -----
150 - Jardim da Rua António Simão -----
151 - Jardim da Urbanização da Quinta Santo António (inter. / exter.)-----
152 - Rotunda da Caniceira -----
153 Jardim do gaveto de acesso à pré-escola da Quinta de Santo António.”-----
154 -----O senhor Presidente da Câmara disse que relativamente às delegações
155 de competências para as freguesias, foi apresentada uma proposta de
156 redução, aos senhores Presidentes das Juntas de Freguesias, quer a nível das
157 verbas envolvidas, quer no tocante às competências delegadas. Face à actual
158 situação e devido aos fortes cortes financeiros e ao endividamento municipal,
159 todos perceberam que o Executivo apenas pode avançar com verbas na ordem
160 dos 50% face ao anterior protocolo. Esta não é uma situação que agrada a
161 alguém mas é a única forma de o município poder cumprir com os seus
162 compromissos perante as juntas.-----
163 -----O senhor vereador Nuno Mota disse que: “Sobre o protocolo com as
164 juntas tenho a referir que a redução de valores e de algumas competências que
165 apresentamos resulta das dificuldades financeiras que o Município atravessa.
166 Reconhecemos o excelente trabalho que as juntas têm vindo a desenvolver ao
167 longo dos anos, e com esta redução de verbas, de certeza que irão ter mais
168 dificuldades em conseguir atingir os seus objectivos. Toda esta situação deve-
169 se à recessão que o país atravessa, a redução de receitas através de licenças,
170 taxas, transferência de verbas através do FFF. O valor que estamos a propor é
171 aquele que efectivamente conseguimos pagar às juntas, penso que se torna

ACTA N.º 28/2011 – Reunião extraordinária do dia 2011.12.16

172 mais justo atendendo que as juntas desta forma conseguem gerir os dinheiros
173 sabendo que o que foi proposto vão receber. Doutra forma, propondo valores
174 mais altos, e sabendo que a Câmara não conseguia pagar, as juntas ficariam
175 cada vez mais endividadas. Quero que seja retirado na página 1 no ponto 2
176 “Conservação”. Quero que seja alterado na página 2 no ponto 2 “28 de cada
177 mês” Quero que seja retirado da página 4 no ponto 1 “Limpeza de valetas”
178 Quero que seja retirado na página 5 no ponto da alínea a) “Pequenas obras
179 que não sejam incluídas em grandes reparações”. -----
180 -----O senhor vereador José Victor Silva solicitou esclarecimentos sobre
181 qual o montante actual da dívida às Juntas de Freguesia, incluindo o ano de
182 2010; se o compromisso junto das entidades bancárias já se encontra liquidado
183 ou, em caso contrário, em que rubrica se encontra no orçamento de 2012. Quer
184 igualmente saber se os senhores Presidentes de Junta de Freguesia
185 concordaram com esta proposta e se vão assinar o protocolo. Não vislumbra
186 qual a diminuição das transferências de receitas uma vez que a receita do
187 Município está a aumentar. Perguntou quais vão ser as competências que vão
188 deixar de ser pelouro das Juntas de Freguesia e quais os valores que a
189 Câmara Municipal vai obter em termos de vantagem financeira por passar a
190 exercer essas mesmas competências. Espera que essa análise tenha sido feita
191 pelos responsáveis. Lembrou que sempre defendeu que as verbas não deviam
192 ser transferidas com base no FEF, mas sim nas competências que iam ser
193 exercidas. -----
194 -----O senhor Presidente da Câmara respondeu que a dívida respeitante a
195 2011 atinge o valor de € 225.000. -----
196 -----A senhora Chefe da Divisão Financeira informou que na próxima
197 segunda-feira irá ser paga a última prestação relativa à dívida de 2010 às
198 Juntas de Freguesia. -----
199 -----O senhor Presidente da Câmara disse que, embora não tenham aceite
200 de ânimo leve, os senhores Presidentes de Junta de Freguesia concordaram
201 com a proposta por perceberem a difícil situação em que nos encontramos. É
202 uma situação que nos faz repensar tudo de novo e fazer mais com menos
203 custos é o lema que todos temos de abraçar no momento. O que se pede é um
204 esforço suplementar para ultrapassar este mau momento e daí a proposta de
205 ajustamento para estes valores, de acordo como a realidade actual. -----
206 -----O senhor vereador Nuno Mota disse que os senhores Presidentes de
207 Junta de Freguesia se mostraram solidários, pensando que irão assinar o
208 protocolo, enumerando as alterações efectuadas em relação ao ano anterior.--
209 -----O senhor vereador José Victor Silva disse querer saber se a Câmara
210 Municipal tem meios para executar as competências que deixam de estar com
211 as Juntas de Freguesia, porque no que toca às pequenas reparações nas
212 escolas as Juntas de Freguesia funcionavam muito bem e com a máquina da
213 Câmara Municipal vai haver degradação do parque escolar. O que está a
214 acontecer é apenas economicismo por causa do problema de endividamento

ACTA N.º 28/2011 – Reunião extraordinária do dia 2011.12.16

215 da Câmara Municipal. Considerou que não se deve confundir o grau de
216 incompetência na gestão desta Câmara Municipal com a situação das famílias.
217 -----O senhor vereador Nuno Mota lembrou que já anteriormente os pedidos
218 não eram feitos directamente às Juntas de Freguesias mas sim através do
219 Agrupamento de Escolas e isso continuará a suceder mas serão
220 reencaminhados para a Câmara Municipal. Disse que ao longo dos anos têm
221 prestado muitas vezes ajuda às escolas. Não vale a pena prometer o que não
222 se vai conseguir pagar. -----
223 -----O senhor Presidente da Câmara disse que vão procurar agilizar os
224 serviços de forma a tudo fazer para que não se falhe com as necessidades
225 básicas de funcionamento daquilo que dependia do anterior protocolo. O
226 senhor vereador José Victor Silva deve descer à terra, situar-se no contexto
227 actual e aproveitar para dar sugestões atempadas e não se limitar a criticar
228 tudo.-----
229 -----O senhor vereador José Victor Silva lembrou que o PSD governa há 20
230 anos e arrastou a Câmara Municipal para uma situação insustentável. -----
231 -----O senhor vereador Gabriel Martins disse estarem totalmente em
232 desacordo que numa altura em que é necessário fazer restrições e cortes na
233 despesa, como medida de gestão se reduzam as competências das Juntas de
234 Freguesia, com base no princípio de que as freguesias por estarem mais perto
235 das populações fazem trabalho de forma mais rápida, mais cómoda e barata do
236 que a Câmara Municipal. A transferência para as Juntas de Freguesia permite
237 poupar. Ao nível das pequenas obras, dos transportes para as colectividades e
238 de outras situações em orçamento, se fosse retirada verba rubrica a rubrica e
239 se conseguissem atingir os € 500.000, conseguiam transferir € 400.000 para as
240 Juntas de Freguesia que ficavam contentes e a Câmara Municipal poupava €
241 100.000. É este o raciocínio que o PSD nunca fez porque entendeu sempre
242 que o protocolo de delegação de competências era uma esmola que se estava
243 a dar às Juntas de Freguesia muitas delas sob a ameaça de que se não
244 recebessem aquilo não teriam outras contrapartidas. Isto é um pensamento
245 completamente irrealista do que deve ser a gestão de uma autarquia e a
246 relação com as Juntas de Freguesia. Não confundem a situação da Câmara
247 Municipal com a situação das empresas e famílias que estariam muito mal se
248 estivessem como a Câmara Municipal. O PSD tem a maioria na Câmara
249 Municipal e dirige todas as Freguesias do concelho e se entendeu que era
250 assim que devia governar as autarquias, que o faça mas com isso tem
251 contribuído para levar este concelho para o buraco. Não tem sido raro ao longo
252 destes anos o PS ter apresentado propostas que foram sempre reprovadas.
253 Não é sério, nem justo, nem honesto dizer que o PS não contribui nem faz
254 sugestões. Esta questão da redução das transferências é uma medida de
255 gestão errada e não beneficia em nada as contas da autarquia nem a
256 população. -----

ACTA N.º 28/2011 – Reunião extraordinária do dia 2011.12.16

257 -----O senhor Presidente da Câmara considerou que o senhor vereador deu
258 sugestões que são bem-vindas e seriam por nós adoptadas se tivessem
259 aplicabilidade no momento actual. Fica a sugestão para ser aplicada no
260 momento certo já que este difícil período que atravessamos, não é o momento
261 certo para veleidades, porque estamos fortemente condicionados pelos
262 constrangimentos financeiros e também pela actual conjuntura económica
263 vivida no País, numa altura em que a maior fatia do Orçamento da Câmara
264 Municipal do Bombarral para 2012 se destina ao pagamento de compromissos
265 assumidos e não pagos até à data. Por muitos motivos mas também porque a
266 política errada do primeiro-ministro que foi do seu partido e que hoje diz que as
267 dívidas não são para pagar nos tirou cerca de 400 mil euros no que respeita as
268 transferências do Estado e nos penalizou em muitas mais matérias, deixando o
269 país no estado em que está. -----
270 -----O senhor vereador Gabriel Martins disse não ter tido a intenção de
271 merecer tantos elogios. Se custa à autarquia € 100.000 a reparação das
272 escolas, esse serviço executado pelas Juntas de Freguesia custará € 80.000.
273 Se todos reconhecem que custa menos então é dar a quem custa menos e isso
274 é um princípio de gestão em qualquer parte do mundo.-----
275 -----Foi deliberado por maioria com o voto favorável do senhor Presidente
276 da Câmara e dos senhores vereadores Lúcia Poseiro, Nuno Mota e João
277 Castanheira e a abstenção dos senhores vereadores Gabriel Martins, M.^a
278 Arminda Sousa e José Victor Silva, aprovar a proposta supra transcrita e
279 remetê-la para a Assembleia Municipal.-----
280 -----Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos
281 imediatos. -----
282 **1324 APRECIACÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE PROPOSTA DE ACTUALIZAÇÃO**
283 **DO REGULAMENTO E TABELA DE TAXAS DO MUNICÍPIO DO**
284 **BOMBARRAL:** Foi presente a seguinte proposta do senhor Presidente da
285 Câmara: “Considerando que: O estudo económico-financeiro realizado ao
286 abrigo da Lei n.º 53-E/2006, de 29 de Dezembro, que acompanhou a
287 alteração/actualização do Regulamento e Tabela de Taxas do Município do
288 Bombarral, concluiu que as taxas praticadas em alguns centros de custos
289 correspondem apenas a uma pequena parte dos custos suportados pela
290 autarquia; O referido estudo aponta para que no período de 2010 e 2014 sejam
291 estabelecidas taxas anuais que conduzam a um aumento até ao máximo de
292 50% das taxas actuais, no final do referido período, mas respeitando sempre o
293 tecto máximo admitido de 60% no rácio entre proveitos e custos A partir desse
294 ano (2014), poderá ser considerado um novo período de actualização de sete
295 anos conducente, progressivamente, à aproximação ao limite de 60% do custo
296 efectivamente suportado pela Autarquia; Este modelo de actualização a curto
297 prazo levará a que no final de 2021 boa parte das taxas e licenças praticadas
298 esteja ainda abaixo do custo suportado pela Autarquia. Mas ter-se-á iniciado
299 um processo que se afigura revelar algum equilíbrio e que permitirá uma

ACTA N.º 28/2011 – Reunião extraordinária do dia 2011.12.16

300 aproximação gradual custo/taxa, menos repentina para as populações
301 servidas; Os centros de custos pertencentes à DARH apresentam valores
302 bastante distantes do limiar de 60% entre as taxas praticadas e o custo
303 suportado pela autarquia; Assim, e considerando que nos termos da alínea e)
304 do n.º 2 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, na actual redacção, compete à
305 Assembleia Municipal estabelece as taxas municipais e fixar os respectivos
306 quantitativos, proponho, nos termos do n.º 2 do artigo 84.º do Regulamento de
307 Taxas e Preços do Município do Bombarral, aprovado pela Câmara Municipal
308 em reunião de 14 de Junho de 2010, e na Assembleia Municipal em sessão de
309 25 de Junho de 2010, e com vista ao estabelecimento gradual de um maior
310 equilíbrio entre os custos dos serviços prestados e a correspondente receita,
311 que a Câmara Municipal delibere aprovar e submeter à Assembleia Municipal,
312 o seguinte: a) Uma actualização extraordinária do valor das taxas referentes à
313 Divisão Administrativa e Financeira em 20%, de acordo com o estudo
314 económico-financeiro realizado ao abrigo da Lei n.º 53-E/2006, de 29 de
315 Dezembro.” -----
316 -----A senhora Chefe da Divisão Administrativa e Recursos Humanos
317 procedeu à apresentação da proposta de actualização extraordinária da tabela
318 de taxas e licenças do município do Bombarral.-----
319 -----O senhor vereador Gabriel Martins lembrou que já aquando da
320 aprovação da actual tabela de taxas tinham alertado que havia valores baixos
321 que não faziam sentido, mas havia outros valores que eram mais elevados do
322 que nos concelhos em redor. Nota que há casos em que os valores das taxas
323 cobradas são demasiado elevados, referindo que ainda há pouco por um
324 simples averbamento de um alvará foram cobrados mais de 200 euros, o que é
325 muito elevado. Com esta actualização continuamos com este desfasamento, o
326 que não considera uma boa media. Continuamos a deitar mão de todas as
327 receitas que penalizam sempre os mesmos, que neste caso são sobretudo as
328 famílias dos que não podem pagar, porque vão ter de pagar obrigatoriamente e
329 está a falar do caso dos cemitérios, pelo que lhe parece demasiado o aumento
330 de 20%. Isto choca-os até porque a senhora vereadora M.ª Arminda tem
331 trazido preocupações sobre o estado em que se encontra o cemitério municipal
332 e pela falta de investimento que ali tem havido. -----
333 -----A senhora vereadora M.ª Arminda Sousa lembrou que o cemitério
334 municipal continua sem resposta para os deficientes, sem carro para transporte
335 dos defuntos e os jazigos degradados. Também considera que seria bom que a
336 Câmara Municipal pensasse num forno crematório.-----
337 -----Foi deliberado por maioria com o voto favorável do senhor Presidente
338 da Câmara e dos senhores vereadores Lúcia Poseiro, Nuno Mota e João
339 Castanheira e o voto contra dos senhores vereadores Gabriel Martins, M.ª
340 Arminda Sousa e José Victor Silva, aprovar a proposta supra transcrita e
341 remetê-la para a Assembleia Municipal.-----

ACTA N.º 28/2011 – Reunião extraordinária do dia 2011.12.16

342 -----Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos
343 imediatos. -----
344 **1355 APRECIÇÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE A PROPOSTA DE ORÇAMENTO,**
345 **G.O.P. E MAPA DE PESSOAL DO MUNICIPIO DE BOMBARRAL PARA O**
346 **ANO DE 2012: -----**
347 -----O senhor Presidente da Câmara disse que: “O ano de 2012 ficará
348 marcado pelo contexto de grave crise nacional e pelo agravamento das
349 medidas de austeridade que têm já vindo a ser implementadas no último ano,
350 prevendo-se que venha a ser um dos anos mais exigentes de sempre, com
351 impacto em todos os sectores da sociedade. O Município do Bombarral não
352 será excepção e terá no decurso do próximo ano consideráveis dificuldades na
353 prossecução da sua actividade. Para tentar fazer face aquilo que se prevê ser
354 um ano de extrema dificuldade, importa agir de forma determinada. Irá ser
355 implementado, no decurso do ano de 2012, um conjunto de medidas no
356 funcionamento desta autarquia, que visam essencialmente obter a contenção e
357 redução da despesa: - Reequacionar todas as candidaturas em curso de forma
358 a enquadrá-las na capacidade financeira da autarquia; - Desligar, face ao
359 aumento do IVA e dos preços da energia eléctrica, 40% da iluminação pública
360 nos aglomerados urbanos e 50% fora dos aglomerados urbanos, cumprindo-se
361 com as normas de segurança pública e, desligar a iluminação total, durante
362 mais uma hora e meia/dia; - Obrigar a que, nos serviços municipais, se
363 desliguem todos os equipamentos eléctricos (computadores, impressoras, ar
364 condicionado, iluminação) no período de almoço, nas ausências prolongadas e
365 ao fim do dia de trabalho, de forma a eliminar os consumos em stand by; -
366 Colocação de códigos de operador em todas as fotocopiadores, bem como
367 estabelecer *plafonds* individuais para fotocópias a preto e branco e proibir a
368 impressão a cores, excepto em casos devidamente justificados e autorizados; -
369 Obrigar à partilha de documentos entre serviços em suporte digital e do arquivo
370 de toda a documentação (ofícios, informações, horas extraordinárias, etc)
371 exclusivamente em suporte digital; - Dar preferência ao envio de
372 correspondência por via e-mail; - Limitar o trabalho extraordinário da autarquia
373 ao piquete das águas e a outras situações de carácter urgente, prévia e
374 devidamente autorizadas pelo Presidente da Câmara; - Restringir o uso de
375 viaturas municipais e controlar o registo da ficha diária de deslocações; -
376 Elaborar o regulamento de transportes escolares e estabelecer regras para a
377 concessão de apoio; - Renegociar toda a carteira de seguros do município; -
378 Monitorizar todos os consumos de água em locais públicos bem como as
379 perdas de água na rede pública; - Negociar a concessão de águas em baixa; -
380 Suspender alguns eventos nas áreas da cultura, turismo, juventude e acção
381 social, com excepção do Festival do Vinho Português e Feira Nacional da Pêra
382 Rocha e permitir apenas a realização de actividades desde que previamente se
383 comprove ser possível realizar sem custos; - Levantar todas as situações de
384 publicidade e ocupação do espaço público e cobrar as respectivas taxas; -

ACTA N.º 28/2011 – Reunião extraordinária do dia 2011.12.16

385 Renegociar todas as avenças existentes; - Renegociar os valores do protocolo
386 de delegação de competências nas Juntas de Freguesia; - Ponderar todos os
387 apoios e subsídios comprometidos pelo executivo em anos anteriores de forma
388 a reajustar e renegociar todos os protocolos; - Promover a mobilidade interna
389 para fazer face às carências pontuais de pessoal sem recorrer a recursos
390 humanos; - Diminuir o número de Divisões; - Suspender as renovações de
391 contratos ou abertura de concursos de pessoal, excepto no suprimento de
392 necessidades eminentemente urgentes e inadiáveis; - Monitorização mensal do
393 incumprimento e do impacto das medidas tomadas. Será efectuado um esforço
394 acrescido na arrecadação de receita. -Estas medidas irão ser objecto de
395 permanente monitorização com vista à eficaz avaliação dos resultados da sua
396 implementação, bem como para aferir da necessidade de reforçá-las ou
397 adoptar outras alternativas 2012 será o ano em que devemos ser capazes de
398 unir esforços, vontades e capacidades para encontrar os melhores meios para
399 ultrapassarmos a grave crise que todos enfrentamos e que se prevê vir a ser
400 mais acentuada. No cumprimento dos princípios orçamentais determinados
401 pelo POCAL, pela Lei das Finanças Locais (Lei n.º2/2007,15/01), apresenta-se
402 um orçamento único e anual, que contém todas as receitas e todas as
403 despesas que se prevêem cobrar no período financeiro coincidente com o ano
404 civil. Com as receitas calculadas nos termos das regras previsionais impostas
405 pelo POCAL, o Orçamento do Município do Bombarral para o ano de 2012,
406 apresenta os seguintes valores globais: -----

RESUMO DO ORÇAMENTO PARA 2012

Receitas	Montante (€)	Despesa	Montante (€)
Correntes	11 120 500	Correntes	11 120 500
Capital	9 400 000	Capital	9 400 000
TOTAL	20 520 500	TOTAL	20 520 500

408 Os impostos directos, indirectos, taxas e “tarifas”, foram auferidos conforme
409 previsto na alínea a) do ponto 3.3 do POCAL, na redacção dada pelo Decreto-
410 Lei n.º 84-A/2002, de 5 de Abril, onde se determina que as importâncias a
411 inscrever no Orçamento, relativamente a estas receitas não podem ser
412 superiores a metade das cobranças efectuadas nos últimos 24 meses que
413 precedem o mês da sua elaboração. Ainda que, para a determinação das
414 importâncias a inscrever no Orçamento do ano seguinte, o POCAL somente
415 imponha para as receitas acima identificadas, a regra previsional da média
416 aritmética das cobranças efectuadas, certo é que a metodologia utilizada para
417 o presente Orçamento baseou-se nessa mesma regra previsional para todas as
418 rubricas constantes na alínea a) do ponto 3.3 – Regras Previsionais do Pocal.
419 As transferências correntes, e atendendo ao disposto no POCAL, apenas
420 podem ser consideradas no Orçamento em conformidade com a efectiva
421 atribuição ou aprovação pela entidade competente. No que respeita aos fundos

ACTA N.º 28/2011 – Reunião extraordinária do dia 2011.12.16

422 municipais, os valores inscritos estão conforme Mapa XIX – Transferências
423 para os Municípios do Orçamento de Estado 2012. Nas restantes
424 transferências correntes, está considerada a receita que decorre das
425 transferências de competências para os municípios em matéria de educação.
426 Foi também considerado a receita a arrecadar referente a estágios PEPAL e do
427 Instituto do Emprego e formação profissional, cujo montante inscrito
428 corresponde aos valores de 2011, assim como a receita decorrente de uma
429 candidatura relativa ao Fundo Florestal Permanente. Por último, o Instituto da
430 Segurança Social transfere uma receita, com vista à comparticipação financeira
431 para apoio logístico ao funcionamento da Comissão de protecção de Crianças
432 e Jovens. Relativamente ao capítulo económico 07 – Venda de bens e serviços
433 correntes, as previsões foram as que se pretendem executar no decurso do
434 ano económico de 2012, sendo que o montante inscrito em venda de água e
435 prestação de serviços em resíduos sólidos, ainda que estando ao abrigo da
436 alínea a) do ponto 3.3 das regras previsionais, acima referido, não foi
437 determinado de modo similar, e sim inscrito montante igual ao executado no
438 presente ano, na medida em que a nova tabela de preços somente incidiu no
439 ano económico de 2011. No que concerne à venda de bens de investimentos,
440 esta receita totaliza € 3 200 000, que corresponde à previsão de venda de
441 terrenos, ressalve-se, no entanto, a possibilidade de afectar a esta
442 classificação outros terrenos. Quanto às transferências de capital, temos as
443 receitas oriundas do Orçamento de Estado e à semelhança do que acontece
444 nas transferências correntes e conforme exposto anteriormente, o valor do
445 Fundo de Equilíbrio Financeiro é o que consta no Mapa XIX – Transferências
446 para os Municípios do Orçamento de Estado 2012. No que respeita à
447 cooperação técnica e financeira, e participações comunitárias em projectos co-
448 financiados, na sequência de candidaturas aprovadas, estão considerados os
449 montantes seguintes: QREN - € 4 368 253, e Proder, o montante de € 125 275.
450 No que concerne aos passivos financeiros, esta rubrica orçamental
451 compreende as receitas provenientes de empréstimos a contrair de curto
452 prazo, previsto na lei das finanças locais, em que no seu nº7 do artigo 38.º vem
453 estipulado o seguinte: *“A aprovação de empréstimos a curto prazo pode ser*
454 *deliberada pela assembleia municipal, na sua sessão anual de aprovação do*
455 *orçamento, para todos os empréstimos que o município venha a contrair*
456 *durante o período de vigência do orçamento.”* A receita do citado empréstimo
457 de curto prazo, tem como propósito ocorrer a dificuldades de tesouraria do
458 Município.” -----
459 -----O senhor vereador José Victor Silva declarou que: “O orçamento de
460 2012 é o espelho das políticas erradas tomadas pelo PSD ao longo de quase
461 vinte anos de governação do concelho do Bombarral. A indefinição de modelos
462 de desenvolvimento não criaram estruturas para a fixação de empresas e
463 particulares no concelho, de forma a gerarem riqueza patrimonial e receitas
464 para a autarquia. Ao longo destes últimos anos, as políticas autárquicas

ACTA N.º 28/2011 – Reunião extraordinária do dia 2011.12.16

465 fixaram-se em investimentos que em nada contribuíram para aumentar a
466 atratividade empresarial, como se espelha na ausência de interessados para
467 os pólos industriais. Por outro lado, o concelho do Bombarral continua a perder
468 população e o índice de qualidade de vida é dos piores da região do Oeste. A
469 agravar esta situação, os executivos têm vindo a agravar as condições de vida
470 dos residentes, agravando o IMI, o preço da água e do saneamento e as taxas
471 e serviços municipais. Viver no Bombarral, actualmente, não traz qualquer valor
472 acrescentado aos bombarralenses, tanto mais que a sua maior parte tem de
473 procurar emprego em outros concelhos, com custos acrescidos nos
474 rendimentos familiares. O PSD ao longo destes anos unicamente se tem
475 preocupado na preservação dos seus lugares políticos, recaindo estas
476 escolhas não na competência ou perfil académico dos eleitos, mas na
477 salvaguarda do interesse político e particular dos dirigentes partidários. Assim,
478 pedir aos elementos do Partido Socialista que se abstenham de querelas
479 partidárias e ponham o interesse da discussão no futuro do concelho, é
480 hipócrita e desonesto intelectualmente, porque os responsáveis da política
481 autárquica nunca se interessaram pelas preocupações e sugestões dos eleitos
482 do PS, salvaguardando-se, arrogantemente, nas maiorias políticas
483 alcançadas. Os últimos dois anos desta governação foi um total descalabro do
484 ponto de vista financeiro, social e humano. A situação actual é de total
485 desespero, tendo levado à renúncia da vice-presidente e dos pelouros do
486 número dois da lista. A tal coesão que o PSD apregoou na candidatura tornou-
487 se uma fraude, agravada pela renúncia, compreensível, de outros elementos
488 da lista em não participarem nas reuniões. O presidente da câmara, mais uma
489 vez, vem afirmar que este ano é que vai existir um processo de recuperação
490 financeira da autarquia, apresentando um rol de acções, umas irrelevantes,
491 outras irreflectidas e outras prova de negligência, porque há muito deveriam
492 encontrar-se implementadas. É verdade, que dada a negligência do PSD na
493 gestão sustentabilizada, o nível de receitas correntes não apresenta qualquer
494 elasticidade. Por outro lado, a estrutura rígida da despesa, grande parte gerada
495 pela incompetência do executivo, não possui grande margem de redução. A
496 situação financeira terá de ser resolvida pela óptica da receita, criando-se
497 estruturas produtivas geradoras de riqueza e empregabilidade, que no médio
498 prazo gerarão um acréscimo de entradas de fluxos financeiros. Por outro lado,
499 não se deverão tomar medidas que agravem os residentes e as empresas, com
500 consequências na sangria demográfica e económica. Sendo um concelho com
501 grandes carências sociais, a autarquia deveria incrementar as parcerias com
502 entidades concelhias, que promovam o emprego e a satisfação de
503 necessidades sociais. A promoção do empreendedorismo jovem deveria ser
504 implementado junto das nossas escolas, com criação de ninhos de empresas,
505 aproveitando-se fundos comunitários, incentivando-se o emprego local. A
506 implementação de medidas que incentivam a criação de riqueza a médio a
507 longo prazo é a chave do desenvolvimento do concelho e resolução dos

ACTA N.º 28/2011 – Reunião extraordinária do dia 2011.12.16

508 problemas financeiros. Ao longo destes anos temos vindo a alertar para a falta
509 de prudência na elaboração dos orçamentos, nomeadamente na extrapolação
510 infundamentada das receitas correntes, não se respeitando os limites legais de
511 orçamentação. Este ano, constata-se que houve uma preocupação de
512 aproximar os valores da receita corrente orçamentada dos previsíveis.
513 Contudo, o orçamento deste ano apresenta um valor de receita que viola todos
514 os princípios da prudência, da honorabilidade e da gestão racional do erário
515 público. O valor de 3,2 milhões previsto para a receita (há poucos dias era de 2
516 milhões) de uma eventual concessão a privados do abastecimento de água e
517 saneamento é uma fraude orçamental igual á de anos anteriores que teve
518 como consequência o agravamento da dívida da CMB em mais de três milhões
519 de euros. O estudo de viabilidade económica que eventualmente fundamenta o
520 valor é peremptório em afirmar que outros estudos poderão apresentar outros
521 valores e que os diagnósticos estruturais e conjunturais dos mercados não
522 foram tomados em conta. Ou seja, o valor apresentado é uma extrapolação do
523 valor actualizado do negócio que pode não conduzir aos valores do mercado.
524 Por outro lado, colocar-se o valor como receita orçamental é garantir que em
525 2012 o negócio é contratualizado, sem ter em conta eventuais recusas da
526 Câmara ou Assembleias Municipais. Por outro lado, garante-se em receita a
527 facturação da água e saneamento, duplicando-se o valor da receita. A
528 colocação daquele valor, além de levantar dúvidas que vamos satisfazer no
529 Tribunal de Contas, serve unicamente para garantir o volume da despesa e da
530 elevada dívida contraída nos últimos anos. Isto, mais uma vez, é branquear
531 incompetências e «chutar para a frente» a resolução dos problemas. Todos nós
532 sabemos que em 2012 não haverá qualquer contratualização e que a
533 inexistência dessa verba abrirá um «buraco» de 3,2 milhões de despesas que
534 não poderá, no mínimo, satisfazer. E se tal acontecer, prevemos que a
535 autarquia entre em estado de insolvência, sem quaisquer possibilidades de
536 satisfazer compromissos. As contas deste orçamento mostra-nos como os
537 contribuintes viram o seu erário público desperdiçado. Só em água e
538 saneamento a autarquia deve mais de um milhão e meio de euros, verbas já
539 liquidadas por todos nós. Satisfazem-se quando se afirma que se reduziu em
540 algumas despesas como troféu de acções de saneamento financeiro, quando
541 afinal de contas são resultado de paragem dos serviços com consequências na
542 prestação ao utente. No que respeita às despesas de capital e sabendo que
543 não se vão realizar as receitas com vendas de terrenos, os valores das
544 transferências só cobrem o Centro Escolar do Bombarral e as requalificações
545 urbanísticas da vila. Tudo o mais não poderá ser realizado sem se recorra à
546 dívida. Faz-se um novo protocolo com as juntas sem que as verbas de 2011
547 tenham sido pagas, expectando-se as juntas com novas verbas que a CMB
548 nunca poderá pagar. Ou seja, temos, como sempre, num orçamento de faz de
549 conta, elaborado por pessoas que de uma forma consciente estão a transportar
550 o município para uma insolvabilidade financeira e destruição histórica do

ACTA N.º 28/2011 – Reunião extraordinária do dia 2011.12.16

551 município. Este orçamento espelha a total incompetência dos vereadores do
552 PSD em gerirem os destinos do concelho, obrigando os munícipes a
553 suportarem os erros dessa governação (aumento do IMI, novo aumento das
554 tarifas de água e saneamento, novo aumento das taxas), sem contrapartida de
555 melhoria da qualidade de vida. Viabilizar este orçamento, mesmo escudando-
556 se numa ignorância técnica ou numa solidariedade política, é ser co-
557 responsável deste vergonhoso estado das coisas, num total despudor dos
558 interesses do concelho, agindo numa dolosa salvaguarda dos interesses
559 políticos.” Questionou qual o valor da dívida prevista a 31.12.2011 e quais os
560 compromissos assumidos e não pagos. -----
561 -----O senhor Presidente da Câmara respondeu que bem vê que o senhor
562 vereador trouxe a lição bem estudada de casa. O mesmo discurso de sempre,
563 a mesma má vontade de sempre e sobretudo uma forma inoperante e pouco
564 ou nada colaborante com aquilo que é o principal documento para a câmara
565 desenvolver a sua acção. Diz que este orçamento é uma fraude mas e
566 propostas vossas, senhor vereador? – zero! Diz que é o espelho de políticas
567 erradas ao longo de 20 anos. E propostas vossas, senhor vereador? – zero!
568 Nada que se adapte ao nosso concelho, trazendo aqui apenas exemplos de
569 concelhos sobretudo em áreas urbanas e longe dos constrangimentos que
570 temos com a nossa ruralidade e o facto da principal almofada, a agricultura não
571 ser por si, suporte suficiente para que haja harmonia e subida nos índices do
572 concelho estamos a trabalhar para contrariar tendências que hoje se revelam
573 insuficientes e isso ver-se-á dentro em breve, tão depressa quanto a situação
574 sócio económica o permita sobre a ausência de interessados para os pólos
575 industriais vamos ver se se mantém. Se calhar vamos ter surpresas
576 agradáveis. O senhor vereador pretendeu na sua intervenção fazer um balanço
577 dos últimos anos sem ter tido a honestidade intelectual de conseguir separar a
578 situação antes e depois de se instalar no país e no mundo esta profunda crise
579 foi mais longe na sua desonestidade política quando se refere com indiferença
580 a dirigentes partidários que nem sequer moram no concelho como referiu, mas
581 que são bombarralenses, têm feito muito pelo concelho e ainda hoje, pelos
582 cargos que ocupam, estão uma vez mais em condições de ajudar e vão fazê-lo
583 com certeza. -----
584 -----O senhor vereador José Victor Silva questionou se atendendo ao
585 princípio da prudência existe legitimidade para os 3,2 milhões de euros ficarem
586 em orçamento sem fundamento contratual. Se não vier esta verba questiona
587 como vai o senhor Presidente da Câmara fazer. -----
588 -----O senhor Presidente da Câmara disse que não vão falhar estando
589 empenhados em que o negócio vá para a frente. Têm um estudo económico
590 que reforça esta intenção e que terá de merecer a aprovação da Câmara e da
591 Assembleia Municipal. Se o negócio não se concretizar não haverá outra
592 solução senão poupar ainda mais. -----
593 -----A senhora Chefe da Divisão Financeira disse que até final do ano irão

ACTA N.º 28/2011 – Reunião extraordinária do dia 2011.12.16

594 ter cerca de 8,2 milhões de euros de dívida a fornecedores e 3,6 milhões á
595 banca. -----
596 -----O senhor vereador Gabriel Martins disse ter estado a assistir com muita
597 atenção e fica surpreendido quanto a solução apresentada de poupar, poupar,
598 poupar, porque essa seria uma resposta natural e aceitável se este orçamento
599 não dissesse o contrário, porque o senhor Presidente da Câmara se propõe
600 aumentar a despesa. O ano passado o orçamento apresentado era de 19
601 milhões de euros e este ano é de 20,525 milhões de euros, ou seja, mais 1,5
602 milhões de euros, pelo que não percebe onde o PSD está a pensar poupar,
603 porque o que se propõe é gastar mais em aquisição de serviços e bens. Existe
604 uma redução de 18% com pessoal mas aumenta nos estudos encomendados.
605 Não entende como é que de forma séria se pode dizer que vão poupar,
606 perguntando se o senhor Presidente da Câmara e o vereador com
607 responsabilidades autárquicas não vêem isto. Isto é um embuste porque estão
608 sistematicamente a mentir ao povo dizendo que estão a baixar a dívida, quando
609 estão sistematicamente a aumentá-la. Será que não entendem que isto não
610 pode continuar assim sob pena de hipotecar o futuro do concelho.
611 Permanecem nesta ilusão que não sabe onde a alimentam. É desonesto e
612 desleal com os próprios pelo que se tiverem consciência não o devem fazer
613 mais. Há aqui uma questão que vêm colocar que é para além de aumentar a
614 despesa dizendo que não há problema porque têm uma receita fantástica e vão
615 ter já para o ano 3,2 milhões de euros. Admitindo que isso era possível
616 pergunta se acham que era com 3,2 milhões de euros que se resolviam os
617 problemas da Câmara Municipal. Não só não resolviam como ia acontecer o
618 mesmo que com a verba do Modelo. Não resolve problema nenhum e só se
619 vai é criar problemas à população. A água é um bem inalienável e o seu
620 fornecimento às populações é uma conquista desde há séculos. As águas são
621 um património de todos e não podem ser privatizadas. Se o fizerem vão ter
622 graves problemas com as populações. Do ponto de vista eleitoral seria óptimo
623 se o fizessem, mas o PS não quer que o façam. É preciso estar atento ao que
624 se passa. Em termos de mercado as autarquias estão todas com a corda na
625 garganta e vão todas virar-se para esta solução e quando a oferta aumenta o
626 preço baixa. Outra questão é que está tudo á espera que se resolva o
627 problema das Águas de Portugal porque isso é que vai dar dinheiro. Esperar
628 que em 2012 as águas resolvam o problema desta autarquia é uma miragem.
629 Lembrou que em termos de opção política nunca discutiram este problema. Um
630 documento que é para ser presente a uma reunião de Câmara e que envolve
631 uma das situações mais importantes nesta autarquia e que mais afecta a
632 população, vem à Câmara com indicação de carácter sigiloso. Não pode
633 entender como é que neste âmbito pode haver sigilo. A própria entidade que
634 está a fazer o estudo diz que não tem garantias porque não tem dados. O
635 senhor vereador José Victor Silva levantou a questão do carácter legal porque
636 o POCAL estabelece uma regra de prudência que tem de ser cumprida. Ao

ACTA N.º 28/2011 – Reunião extraordinária do dia 2011.12.16

637 nível das regras do POCAL não vê onde se pode incluir uma verba destas.
638 Hoje, antes da discussão do orçamento, aprovariam o protocolo de delegação
639 de competências nas Juntas de Freguesia e a alteração à tabela de taxas, mas
640 esta receita não está minimamente justificada. Isto é uma decisão altamente
641 polémica e deixa muitas dúvidas. Mas se por absurdo isto alguma vez fosse
642 aprovado na Câmara e Assembleia Municipal, este será sempre um mau
643 negócio e não há uma Câmara Municipal que o tenha feito e que diga que foi
644 um bom negócio. Percebem porque é que esta questão surge e que é uma
645 fuga a uma responsabilidade. Desde que começaram este mandato nunca
646 mais pagaram a água porque têm uma dívida às Águas do Oeste que
647 ultrapassa largamente o fornecimento de um ano, andando há volta de 1,2
648 milhões de euros sendo que o compromisso anual é de € 700.000 e o
649 saneamento € 400.000. Querem vender a água porque não têm dinheiro e as
650 Águas do Oeste estão a pressionar para receber e a certa altura vão fechar o
651 fornecimento. Se alienarem a água, ficam com a dívida mas a torneira não é
652 fechada. Isto surge para resolver um problema de ineficácia política e vai-se
653 chegar a um ponto em que as Águas do Oeste vão fechar a torneira e vamos ter
654 de comprar água mais cara a outros municípios. Foi para esta situação que o
655 PSD trouxe este conselho. Estamos num ponto em que ou as pessoas
656 acordam ou então têm o que merecem. Se levarem esta intenção avante o
657 povo vai indignar-se. Mudando de assunto referiu que as colectividades
658 continuam sem apoio. Lembrou que o senhor Presidente da Câmara
659 escarpelizou um conjunto de soluções para uma poupança. Pergunta se esta
660 poupança é igual à que se pretendia obter com a dupla cabimentação que
661 desapareceu deste orçamento. O senhor Presidente da Câmara fala na
662 redução de custos com a iluminação pública, mas quando vai ao orçamento e
663 faz as contas vê que o valor é o mesmo. O senhor Presidente da Câmara diz
664 que poupa com combustíveis mas está-se a dever às petrolíferas e o valor no
665 orçamento de 2012 é maior do que o de 2011. Gostava de saber como se diz
666 que se poupa litros de combustível quando agora é que se diz que se vão
667 controlar as fichas de deslocação diária. Há uma questão que é ridícula que é a
668 limitação de uso do elevador dos Paços do Município, lembrando que num
669 mandato anterior houve um funcionário da autarquia que disse que há anos
670 que não ia ao primeiro andar deste edifício. Estas soluções seriam uma boa
671 solução se tivessem sido tomadas há mais tempo. Agora são paliativos.
672 Registou que ao nível da Assembleia Municipal há uma redução de € 700 mas
673 nos estudos e pareceres a verba aumenta para o dobro. Esta é uma situação
674 aflitiva e a responsabilidade pertence apenas ao partido que ao longo dos
675 últimos anos tem gerido a autarquia. O que mais gostava é que reflectissem
676 todos nas suas primeiras palavras, pusessem a mão na consciência e
677 reconhecessem os erros. Não há fórmulas milagrosas e já nem com milagres
678 se vai lá, mas talvez consigam se forem implementadas políticas de
679 racionalização de custos com uma angariação de receita pela via do aumento

ACTA N.º 28/2011 – Reunião extraordinária do dia 2011.12.16

680 do investimento no concelho. Devem pôr a mão na consciência e deixarem-se
681 de disparates. -----
682 -----O senhor Presidente da Câmara disse que com um valor global de €
683 20.520.500 o Orçamento para 2012, que em termos globais sofre um
684 acréscimo de € 1.401.400 face ao orçamento de 2011, não deixa de ser forte
685 motivo de preocupação para o Executivo Municipal mesmo perante a execução
686 das prioridades já identificadas para o Concelho, concretamente no que diz
687 respeito à Educação e à Regeneração Urbana. Em termos genéricos estamos
688 perante um orçamento que está claramente condicionado por questões de
689 natureza económico-financeira, questões que nos estão a ser impostas pela
690 conjuntura pela qual passa o nosso país, mas está também composto por
691 opções políticas, porque entendemos que é nos momentos de dificuldades de
692 dificuldades que temos de ter coragem política para assumirmos compromissos
693 que são importantes para o Concelho e para a satisfação das necessidades e
694 anseios da nossa população. As prioridades há muito definidas para o
695 Concelho são mantidas pelo Executivo Municipal, nomeadamente no que
696 concerne à Educação e mais especificamente na conclusão do Centro Escolar
697 do Bombarral, cuja entrada em funcionamento se prevê acontecer no ano
698 lectivo de 2013, mas também na possibilidade da construção do Centro Escolar
699 da Roliça que está dependente da opinião dos decisores ligados ao serviço
700 educativo do concelho. Quanto à Regeneração Urbana é mantida em dotação
701 financeira e orçamental a requalificação da entrada sul da vila, cujas obras
702 estão a decorrer a bom ritmo. Muito dificilmente conseguiremos ir além das
703 operações que estão em fase de concretização, pois seria uma
704 irresponsabilidade política, pretendermos ir além da nossa capacidade, sem
705 certezas num futuro próximo, de atingirmos uma estabilidade financeira, política
706 e até mesmo jurídica. Foi positivo o ano de 2011 do ponto de vista da execução
707 da receitas para o concelho do Bombarral, embora muito aquém do desejado e
708 inicialmente previsto o que contribuiu para o agravamento da situação
709 financeira da Autarquia, com consequências ao nível do endividamento, do
710 investimento municipal, assim como na actividade económica local, mesmo
711 tendo em conta que foram feitos muitos planos de pagamento para solver
712 compromissos com os nossos fornecedores, onde para pagar dívidas, algumas
713 delas antigas, pagámos 9.360.000,00. Em 2011 houve três pilares
714 fundamentais na obtenção de receitas para o Município: o IMI – Imposto
715 Municipal sobre Imóveis, que aumentou relativamente ao ano transacto tendo
716 sido atingida a cobrança de 107%, o IMT – Imposto Municipal sobre
717 transmissão onerosa de Imóveis, baixou 5% e as Taxas aplicáveis a
718 loteamentos e obras particulares, colapsaram em quase todas as suas
719 vertentes, tendo o município executado apenas 22% nos loteamentos e obras
720 de empresas e particulares, mesmo com pagamento de verbas em atraso e
721 que conseguimos recuperar. Um cenário ao qual não podemos estar alheios e
722 que não pode ser dissociado da situação que vivemos, na medida em que o

ACTA N.º 28/2011 – Reunião extraordinária do dia 2011.12.16

723 nosso concelho assenta sobretudo na dinâmica própria do mercado imobiliário
724 e da construção civil. A esta realidade temos de acrescentar as
725 descentralizações e delegações de competências que nos chegam via
726 Orçamento do Estado e que apresentam uma significativa redução, sendo que,
727 desde 2010 e tendo em conta o que está previsto para 2012, estamos perante
728 uma redução para o Município do Bombarral que quase chega aos 400 mil
729 euros. O orçamento apresentado por nós reflecte claramente a enorme
730 dificuldade que se vive e que tem como consequência o empobrecimento do
731 serviço público que deveríamos prestar e na redução de todas as actividades
732 da Câmara Municipal, não escapando a este enorme constrangimento a quase
733 ausência total de apoios às colectividades e associações, sendo infelizmente
734 de salientar ainda, a redução de 50% no que diz respeito à compensação
735 financeira das competências delegadas para as Juntas de Freguesia do
736 Concelho, no protocolo para 2012. No que ao Mapa de Pessoal diz respeito
737 existe uma clara redução em relação ao Mapa do ano anterior, o que significa
738 que de acordo com a proposta do Livro Verde, estamos a cumprir com as
739 determinações nele plasmadas, havendo naturalmente a previsão de se
740 fazerem apenas os ajustes necessários, na altura em que haja trabalhadores
741 cujo vínculo termine. Prova cabal do esforço que será feito no ano que se
742 avizinha é o facto de estabelecermos como total da dotação disponível de
743 despesas correntes para o funcionamento dos serviços ser de 662.000 euros.
744 Note-se que o montante em causa não poderá ser ultrapassado, mediante
745 quaisquer modificações orçamentais, na medida em que todas as restantes
746 despesas contempladas no orçamento estão cativadas, compromissadas ou já
747 facturadas. Em suma, estamos fortemente condicionados pelos
748 constrangimentos financeiros e também pela actual conjuntura económica
749 vivida no País, verificando-se que a maior “fatia” do Orçamento da Câmara
750 Municipal do Bombarral para 2012 se destina ao pagamento de compromissos
751 assumidos e não pagos até à data. Relativamente à educação será dada
752 continuidade à concretização de pequenas intervenções nas actuais estruturas
753 escolares, bem como, tentar garantir o apoio comunitário, e apostar nos novos
754 centros educativos. Os maiores e quase únicos investimentos a realizar, dizem
755 respeito a projectos com comparticipação comunitária, o que obriga à sua
756 concretização em tempo determinado, para permitir que outros investimentos
757 possam ainda ser contemplados com apoio comunitário, como é o caso do
758 Centro Escolar da Roliça já que fica dependente daquele que for o
759 entendimento de todos os responsáveis afectos ao sistema educativo que, se
760 apontar para essa necessidade avançará desde que se consiga
761 estruturalmente a garantia de não falharmos com a contrapartida nacional que
762 complementará os fundos comunitários do QREN. Continuam as fortes
763 restrições no apoio ao movimento associativo, nomeadamente nas áreas
764 desportiva, cultural e recreativa, mantendo-se ainda um forte esforço no que se
765 refere à utilização de estruturas desportivas municipais, que continuam a

ACTA N.º 28/2011 – Reunião extraordinária do dia 2011.12.16

766 constituir uma alternativa ao pagamento de subsídios compensatórios. Ainda,
767 dada a conjuntura económica e financeira nacional, a autarquia reforçará o
768 apoio social, nomeadamente nalguns benefícios consideráveis em sectores
769 como a água, devido à preocupação com a existência de uma crise social
770 acentuada. Finalmente a autarquia espera a possibilidade de serem
771 ponderadas soluções em colaboração com o sector privado, para a
772 concretização de projectos de grande interesse para o Concelho, face à
773 previsível quebra de receitas bem como aos efeitos do aumento da taxa de
774 juro. Como tenho dito este é o orçamento possível num contexto tão
775 complicado como o que vivemos. E não vale a pena atacar as nossas soluções
776 e chamar-lhe de paliativos sem apresentar quaisquer alternativas adaptáveis e
777 exequíveis. Espero, por isso a compreensão dos senhores vereadores, menos
778 rancor e quezílias de ordem político partidária e a respectiva aprovação para
779 bem do concelho. -----
780 -----O senhor vereador José Victor Silva disse que não foi dada resposta
781 sobre se é legal ficarem em orçamento os referidos 3,2 milhões de euros. -----
782 -----O senhor Presidente da Câmara respondeu dizendo que o POCAL
783 permite esta situação com base na análise e estudo da situação devidamente
784 fundamentada. -----
785 -----O senhor vereador José Victor Silva referiu que o senhor Presidente da
786 Câmara diz que há uma redução de € 400.000 nas transferências mas esse
787 valor é inferior aos subsídios de Natal e de Férias que o executivo não vai
788 pagar. Há uma questão que os preocupa porque só vão restar € 660.000 para
789 fazer face aos custos de 2012. essa situação é grave ainda mais tendo em
790 conta a receita de 3,2 milhões de euros que não vai ser recebida, pelo que
791 existe um buraco de 2,6 milhões de euros. Mais uma vez o senhor Presidente
792 da Câmara está a mentir e a escamotear o que há de errado nesta gestão.
793 2012 vai ser bem pior do que 2011.-----
794 -----Foi deliberado por maioria com os votos favoráveis do senhor
795 Presidente da Câmara, e dos senhores vereadores Lúcia Poseiro, Nuno Mota e
796 João Castanheira e o voto contra dos senhores vereadores Gabriel Martins, M.^a
797 Arminda Sousa e José Victor Silva, aprovar a proposta de orçamento, G.O.P. e
798 Mapa de Pessoal do Município do Bombarral para o ano 2012 e remetê-los à
799 Assembleia Municipal. -----
800 -----Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos
801 imediatos. -----
802
803 -----Pelas 00:15 horas, foi a reunião encerrada e lavrada a presente acta,
804 que depois de lida e achada conforme, vai ser devidamente assinada nos
805 termos do n.º 2 do artigo 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, pelo
806 presidente do órgão e pelo funcionário Municipal que a lavrou.-----
807
808 O Presidente da Câmara

ACTA N.º 28/2011 – Reunião extraordinária do dia 2011.12.16

809
810
811

O Funcionário